

País pode dispensar créditos

Linhas de curto prazo para comércio exterior que vencem em 1991 não devem ser renovadas

SUELY CALDAS

RIO — O Brasil poderá recusar a renovação das linhas de crédito de curto prazo - que chegam a cerca de US\$ 14 milhões — de bancos estrangeiros privados, quando elas vencerem, em março de 1991. Essas linhas, negociadas em sucessivos acordos da dívida externa brasileira, sustentam operações interbancárias de agências de bancos brasileiros no Exterior (US\$ 3,5 bilhões) e financiam negócios de exportação e importação (US\$ 10,5 bilhões).

A informação é do embaixador especial para renegociação da dívida, Jório Dauster, que, depois de conversas com banqueiros e empresários brasileiros e estrangeiros, está convencido de que a não obrigatoriedade da manutenção dessas linhas de crédito pode trazer boas surpresas para bancos e exportadores brasileiros: por ato voluntário, os bancos estrangeiros podem aumentar o volume de recursos além dos US\$ 14 bilhões e reduzir o spread, hoje extremamente elevado.

Essa posição faz parte de um estilo novo de renegociação da dívida externa brasileira, em que uma das primeiras atitudes foi deixar de fora o comitê de bancos credores, criado no passado pelo ex-ministro Delfim Netto, em comum acordo com os banqueiros estrangeiros.

Alterar itens do acordo que serviam mais para reforçar a necessidade de existência desse comitê do que para atrair créditos para o Brasil é outro ponto nas mudanças da renegociação da dívida, como esse do compromisso de manutenção das linhas de curto prazo. O vice-presidente do Bank of America, Joel Khorn, concorda com Jório Dauster: "Tudo o que é forçado traz seqüelas", afirma, referindo-se à obrigação que têm os bancos credores de manter esses créditos. Com a experiência de um dos três bancos estrangeiros que mais concentram sua atividade no Brasil na área de comércio exterior, Khorn diz que num primeiro momento pode até haver uma queda no fluxo de recursos para financiar essas linhas, mas na fase seguinte os bancos retornarão, até com mais intensidade, porque "é de seu interesse, sobretudo

do aqueles voltados para atividade de comércio exterior".

O movimento de saída de bancos credores dessas linhas de crédito já vem ocorrendo, antes mesmo de seu vencimento, em março de 1991. Essa atitude tem sido seguida principalmente por bancos menores, sem presença no Brasil e de fraca atuação com empresas brasileiras e multinacionais aqui instaladas. Já os bancos maiores e com interesses no Brasil têm mantido ou até ultrapassado os seus limites de compromisso nessas linhas, porque são créditos seguros de pagamento e lucrativos para os bancos. Desde o final do governo Sarney, os bancos credores reduziram os prazos dessas linhas de 180 dias para 30 ou no máximo 60 dias e aumentaram o spread para 2% e em alguns casos até para 3%, quase o triplo do que prevalecia antes.